

Sarney afirma que pacote leva o Brasil de volta aos trilhos

As medidas sociais

O governo decidiu ampliar o programa de alimentação popular e dar mais ênfase à assistência às creches e aos estudantes carentes, conforme garantiu o presidente José Sarney. Educação básica, habitação e melhoria urbana é a grande meta governamental, que decidiu por expandir substancialmente os recursos destinados aos programas sociais.

- Atendimento a famílias carentes com o fornecimento de um litro de leite diário por conta do governo, estimando-se atender em 1986 a 1,5 milhão de crianças, demandando Cr\$ 1 trilhão para a compra de 246 milhões de litros.
- 40 medicamentos básicos passarão a ser fornecidos gratuitamente às populações pobres, através da rede pública de serviços de saúde e ampliação de produção de vacinas essenciais, eliminando-se a dependência de importação do setor.
- Extensão do fornecimento de merenda escolar aos irmãos dos estudantes já assistidos, na faixa de 4 a 6 anos de idade, bem como ampliação desta assistência de 180 dias para 240 dias ao ano, o que permitirá atendimento durante o período de férias.
- Utilização de Cr\$ 22 trilhões no próximo ano no campo do abastecimento, que deverão ser aplicados na formação de estoques reguladores e subsídios nos preços, evitando-se pressões anormais sobre os rendimentos dos assalariados.
- Dos Cr\$ 12 trilhões destinados ao campo social em 1985, para o próximo ano esses recursos foram ampliados para Cr\$ 76 trilhões, objetivando-se socorrer a população pobre, que atualmente está estimada em 40% do total.



Funaro conduziu as novas medidas

«O País voltou aos trilhos e agora é a vez de mudanças importantes e ambiciosas no setor público». Com tal afirmação, o presidente José Sarney anunciou, ontem, o maior «pacote» econômico e social da história do Brasil, que envolve mudanças desde o recolhimento de um simples «Carnet Leão» até o fornecimento anual de leite para 1,5 milhão de crianças. Na área tributária as grandes empresas e o mercado de capitais foram atingidos, enquanto as pessoas físicas ganharão sensíveis reduções no desconto do IR na fonte. A decisão agora depende do Congresso, que reluta em aprovar o «pacote» (Páginas 6, 8, 9, 10 e Editorial)

- Alteração geral do Imposto de Renda, com criação da tabela progressiva para 1986, incluindo-se as operações no mercado de capitais, instituindo-se tributação sobre ganhos de capital na negociação de títulos, com alíquota de 40%.
- Foi estabelecida a declaração semestral de IR para as pessoas jurídicas de grande porte, com lucro real acima de 40.000 ORTNs, estimando-se atingir a 3.800 empresas. O imposto de renda descontado na fonte passa a ser definitivo neste setor.
- Prorrogação para 31 de junho de 1986 da proibição de contratação de pessoal no serviço público, bem como as empresas estatais ficam obrigadas a reduzirem, no próximo ano, em 10% suas despesas com pessoal e encargos sociais.
- O Imposto de Renda retido na fonte passa a ser equivalente ao débito do assalariado, reduzindo-se o desconto na fonte em 75% para quem ganha seis salários-mínimos e 24,3% para vencimentos de até 100 salários mínimos.
- Aprovado programa de privatização de várias empresas sob o controle governamental, além de redução de prazos para recolhimento do IPI em setores como de cigarros e veículos, como forma de reforço do caixa do governo.